

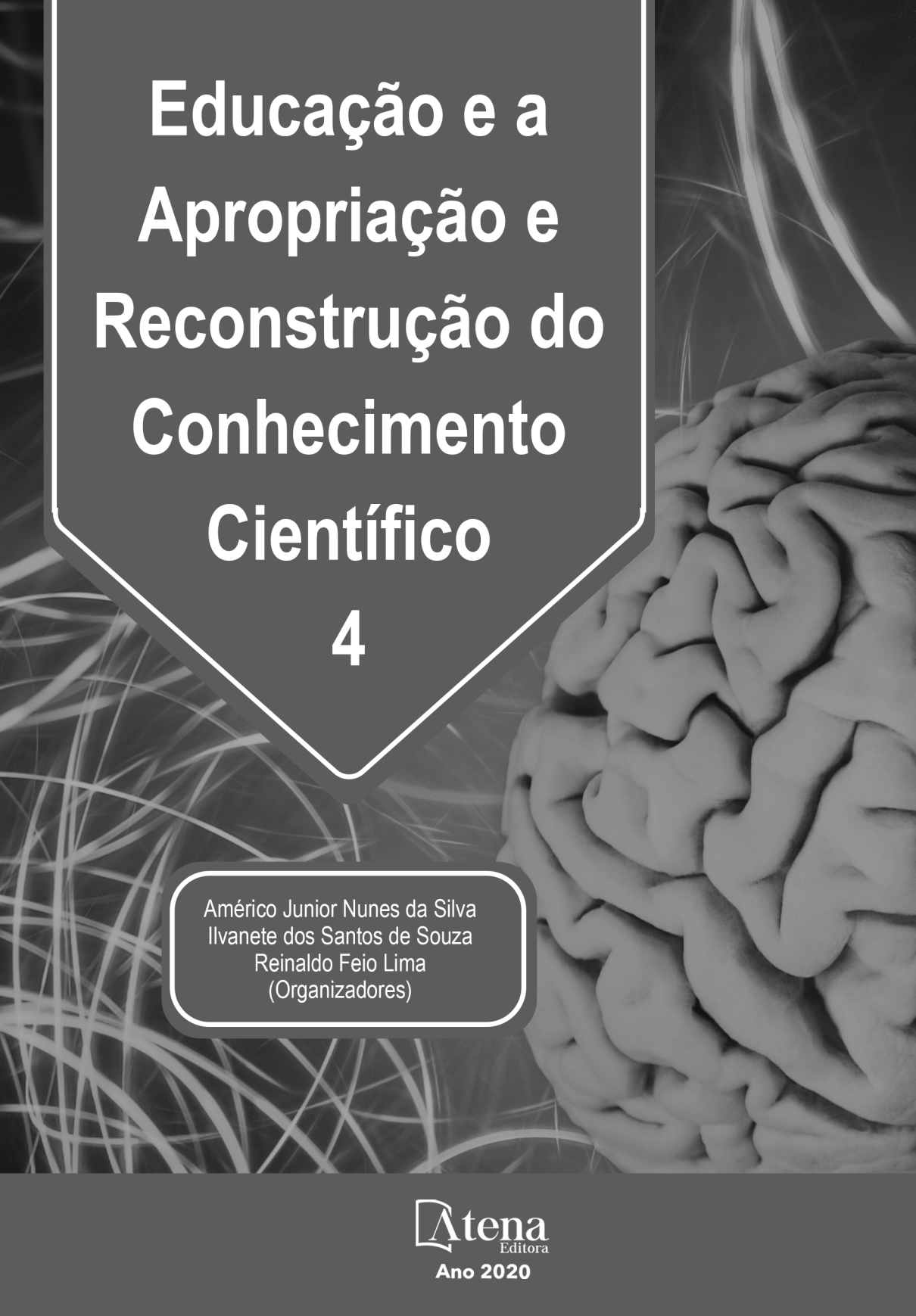
Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

4

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020



Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

4

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Aleksandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24	Educação e a apropriação e reconstrução do conhecimento científico 4 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-604-1 DOI 10.22533/at.ed.990202411 1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título. CDD 370
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Esta obra surge no bojo de uma pandemia: a do novo coronavírus. Contexto marcado pelo distanciamento social e conseqüentemente a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pandemia da COVID-19 já impactou os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países. E é nessa conjuntura de um “novo normal” que os autores dessa obra organizam as produções que compõem este volume.

Boaventura de Souza Santos¹ em sua obra “A cruel pedagogia do vírus” nos apresenta algumas reflexões sobre os desafios desse período emergencial e lança luz sobre as desigualdades sociais evidenciadas por esse panorama. E conseqüentemente, na Educação, esses aspectos compactuam de algum modo, ao acentuar a exclusão daqueles que não conseguem adequar-se desencadeando impactos no ensino como, por exemplo, acesso a tecnologia, reinvenções metodológicas e a mudança de rotina da sala de aula, dentre outros. O cenário emergencial potencializa os desafios e traz à baila as fragilidades do ensino, ainda em fase de apropriação, pois precisam ser compreendidos, ou seja, as informações carregam intencionalidade.

As discussões realizadas neste volume 4 de “**Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico**”, perpassam pela Educação e seus diferentes contextos e reúnem estudos de autores nacionais e internacionais. Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país e que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejamos uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

1 SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Editora Almedina, Portugal. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Geanice Raimunda Baia Cruz

Gilmar Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9902024111

CAPÍTULO 2..... 11

ENSINAR E APRENDER BIOLOGIA EM PORTUGAL E NO BRASIL – O PAPEL DOS MAPAS DE CONCEITOS

Pedro Yan Ozório de Gouvêa

Mírian Quintão Assis

Pâmella Leite Sousa Assis

André Araújo de Meireles

Abdy Augusto Silva

Isabel Abrantes

Betina Lopes

DOI 10.22533/at.ed.9902024112

CAPÍTULO 3..... 23

A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E A DOCÊNCIA NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE-LUGARES DA ATUAÇÃO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Giuliana Sampaio de Vasconcelos Coelho

Carla Helena Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.9902024113

CAPÍTULO 4..... 37

PERMANÊNCIA E ÊXITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES DO IFAM, AS AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO E DEMANDAS PARA A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO IFAM

Marlene de Deus Lima

Luciana Vieira dos Santos

Sara Carneiro da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9902024114

CAPÍTULO 5..... 49

CULTURAS ESCOLARES, LIDERANÇAS, PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E RESULTADOS: APRESENTAÇÃO DE DADOS DE UM ESTUDO DE CASO DUPLO COMPARATIVO

Sílvia Maria de Sousa Amorim

Maria Ilídia de Meireles Cabral da Rocha

José Joaquim Matias Alves

Rosário Serrão Cunha

DOI 10.22533/at.ed.9902024115

CAPÍTULO 6	59
AS ESCOLHAS DOS PROFESSORES COMO EXPRESSÃO DE SEUS SABERES E FAZERES	
Telma Alves	
DOI 10.22533/at.ed.9902024116	
CAPÍTULO 7	70
LÊLÊ GOSTA DO QUE VÊ, E VOCÊ? AS TRAVESSIAS DAS CRIANÇAS NO PERCURSO DA SUA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	
Rosemary Lapa de Oliveira	
Daniela Loureiro Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.9902024117	
CAPÍTULO 8	80
A EXTENSÃO EM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Andréa Cristina Gomes Monteiro	
Dávila Carolina Inácio de Souza	
Isisleine Dias Koehler	
DOI 10.22533/at.ed.9902024118	
CAPÍTULO 9	85
DIFERENÇAS INDIVIDUAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA	
Neli Aparecida Gai Pereira	
Claudio Luiz Orço	
Elizandra Iop	
DOI 10.22533/at.ed.9902024119	
CAPÍTULO 10	93
ATIVIDADES CIRCENSES E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ESCOLA: PERCEPÇÕES DE ALUNOS E ALUNAS	
Mariana Harue Yonamine	
Fernanda Rossi	
DOI 10.22533/at.ed.99020241110	
CAPÍTULO 11	103
A INTERNET E O ENSINO DE QUÍMICA: A PESQUISA E LEITURA DE POESIAS COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	
Éverton da Paz Santos	
Givanildo Batista da Silva	
Eric Fabiano Sartorato de Oliveira	
Samir Apaz Otto Ungria	
Vinícius Martins Dias Batista	
DOI 10.22533/at.ed.99020241111	

CAPÍTULO 12.....	115
PERFIL E EXPECTATIVAS DOS DISCENTES DO CURSO DE MATEMÁTICA LICENCIATURA DA UFAL - CAMPUS ARAPIRACA	
Gilmar dos Santos Batista	
Allanny Karla Barbosa Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.99020241112	
CAPÍTULO 13.....	129
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS BRINCADEIRAS QUE OCORREM FORA DO ESPAÇO ESCOLAR	
Cristina Aparecida Colasanto	
Márcia Cerqueira Zanelli	
Paloma de Souza Silva	
Talma Gabriela dos Santos	
Viviane Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.99020241113	
CAPÍTULO 14.....	141
ARTICULAÇÃO ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA SOB A ÓTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Paulo Sergio Cardoso da Silva	
Marcelo Braz Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.99020241114	
CAPÍTULO 15.....	154
A PROFISSÃO DOCENTE: ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA. UMA PESQUISA EM OURO PRETO DO OESTE (RO)	
Ivone Goulart Lopes	
Verônica dos Santos Quintana Aquado Peres	
Jussara Santos Pimenta	
DOI 10.22533/at.ed.99020241115	
CAPÍTULO 16.....	167
AVALIAÇÃO E USABILIDADE DE UM OBJETO DE APRENDIZAGEM CRIADO PARA A OLIMPÍADA PARINTINENSE DE MATEMÁTICA – OPM	
Aline Santarém Ramos	
Manoel Fernandes Braz Rendeiro	
DOI 10.22533/at.ed.99020241116	
CAPÍTULO 17.....	181
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA	
Carolina de Castro Nadaf Leal	
Helenice Maia	
DOI 10.22533/at.ed.99020241117	

CAPÍTULO 18.....	192
ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA (AC) E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MAPEAMENTO DAS TENDÊNCIAS DE PESQUISA	
Renata de Macedo Vezzani	
Maria Delourdes Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.99020241118	
CAPÍTULO 19.....	206
A PERCEPÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO: OS DESAFIOS DE UM AMBIENTE EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO	
Bárbara de Medeiros Marinho	
Daniel Nazaré de Souza Madureira	
Romaro Antonio Silva	
Severina Ramos Telécio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.99020241119	
CAPÍTULO 20.....	218
SUGGESTIONS TO IMPLEMENT AND ENHANCE INFORMATION LITERACY PROGRAMS	
Tulio Barrios Bulling	
DOI 10.22533/at.ed.99020241120	
SOBRE OS ORGANIZADORES	237
ÍNDICE REMISSIVO.....	239

CAPÍTULO 4

PERMANÊNCIA E ÊXITO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES DO IFAM, AS AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO E DEMANDAS PARA A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO IFAM

Data de aceite: 01/11/2020

Marlene de Deus Lima

Chefe do Departamento de Assistência Estudantil- Reitoria- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Luciana Vieira dos Santos

Assistente Social- Reitoria-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Sara Carneiro da Silva

Diretora de Desenvolvimento da Educação Básica –Reitoria- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

RESUMO: O processo histórico da ampliação do acesso à educação pública ou democratização da educação, e mais específica, a educação profissional no Brasil deve ser compreendida na teia de relações onde estão inseridas as políticas educacionais no país, principalmente, a partir de 2008. A educação, enquanto bem público e direito social de cidadania é inalienável, não se limitando ao acesso, mas a garantia através de políticas públicas indispensáveis a manutenção e sucesso dos discentes na instituição de ensino. O acesso é parte de um processo mais amplo e base para a formação educacional e técnica de todo cidadão. O desafio é garantir sua permanência na escola frente às precárias e fragmentadas políticas públicas, com destaque, para as políticas no campo da assistência social, emprego e transporte. O processo de democratização da

educação é inseparável de políticas públicas voltadas para o acesso e permanência de todos/as no processo educativo, estando o conceito de sucesso escolar intrínseco ao de qualidade do ensino. Este estudo propõe-se refletir sobre as políticas públicas na Educação Profissional, apresentando o perfil dos discentes no IFAM e seu impacto na permanência e êxito dos discentes, assim como as principais ações de permanência e êxito. Foi centrado na abordagem crítica, de natureza qualitativa/quantitativa. Apontou que o baixo nível socioeconômico dos discentes e a metodologia do ensino interferem diretamente na Permanência e Êxito dos discentes, sendo imprescindível repensarmos políticas públicas e metodológicas diferenciadas que garantam não somente o direito a educação, mas também a permanência e o êxito destes sujeitos. Neste sentido, papel de destaque tem a equipe multiprofissional intervindo nesta problemática.

PALAVRAS - CHAVE: Permanência e Êxito, Educação Tecnológica; Políticas Públicas; Assistência Estudantil.

ABSTRACT: The historical process of expanding access to public education or democratization of education, and more specific, professional education in Brazil must be understood in the web of relations where the educational policies are inserted in the country, mainly, from 2008. Education, while public good and social right of citizenship is inalienable not limited to access, but the guarantee through public policies indispensable for the maintenance and success of the students in the educational institution. Access is part of a broader process and basis for

the educational and technical training of every citizen. The challenge is to ensure that they remain in school in the face of precarious and fragmented public policies, with emphasis on policies in the field of social assistance, employment and transportation. The process of democratization of education is inseparable from public policies aimed at the access and permanence of all in the educational process, being the concept of school success intrinsic to the quality of education. This study intends to reflect on the public policies in Professional Education, presenting the profile of the students in the IFAM and its impact on the permanence and success of the students, as well as the main actions of permanence and success. It was focused on the critical approach, of a qualitative / quantitative nature. He pointed out that the students 'low socioeconomic level and teaching methodology directly interfere with students' permanence and success, and it is essential to rethink different public and methodological policies that guarantee not only the right to education, but also the permanence and success of these subjects. In this sense, a prominent role has the multiprofessional team intervening in this problem.

KEYWORDS: Permanence and Success, Technological Education; Public policy; Student Assistance.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo é parte das inúmeras reflexões proporcionadas pelas discussões nas comissões de trabalho na Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) nas análises de dados em relação ao desempenho escolar dos discentes em seus respectivos cursos. A riqueza do conhecimento construído nas discussões foi fundamental na construção do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Instituto e melhoria do desempenho escolar e do trabalho pedagógico junto aos discentes em nossos *campi*, ao mesmo tempo em que proporcionou maiores elementos para entendermos a realidade onde desenvolvemos nossa práxis.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, lócus do deste estudo, foi criado no primeiro governo Lula por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, abrangendo no período desta pesquisa 15(quinze) *campi*, distribuídos em 03 (três) *campi* na capital e 12 (doze) *campi* no interior do Estado do Amazonas, ofertando educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A diversidade em nossos *campi*, a extensa carga horária, disciplinas e conteúdos dos cursos, somados ao perfil socioeconômico, raça, cor, religião, hábitos e habilidades entre outros vem impondo a equipe multiprofissional, inúmeros desafios quanto às demandas mais imediatas dos discentes, com destaque para as políticas públicas de educação voltadas para o enfrentamento da problemática do fracasso escolar, do acesso, permanência e êxito, onde a política de assistência estudantil do Instituto era apresentada como único remédio no enfrentamento destas questões.

No âmbito do acesso, temos a Política de Cota, Lei nº 12.711/2012, e no da

permanência e êxito, e a Política de Assistência Estudantil instituída pelo Decreto nº 7.234/2010. A primeira normatiza o processo de entrada de discentes egressos de escolas públicas; a segunda regula o acesso aos benefícios socioassistenciais aos discentes dos IFES, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

As duas legislações impõem inúmeras condicionalidades: 100% de estudo do ensino fundamental/ensino médio em escola pública, além da renda família; frequência, no mínimo, de 75%, desempenho, no mínimo, de 60%. Ou seja, o que era uma política de inclusão, paradoxalmente, tornava-se uma via de exclusão, considerando o quantitativo de discentes, principalmente, nos primeiros anos de ensino médio técnico que não conseguem manter tal desempenho acadêmico.

Assim, buscamos refletir sobre quem são esses sujeitos? Quais fatores têm influenciado a retenção e evasão escolar no instituto? Quais suas demandas para o instituto em relação às políticas públicas, em especial, as de educação e assistência social? Há relação entre metodologia de trabalho dos docentes, desempenho escolar e nível socioeconômico dos discentes? De que forma a equipe multiprofissional pode intervir na garantia dos direitos dos discentes?

Realizamos uma análise crítica de natureza quantitativa, tendo como base a análise das planilhas com rendimento escolar dos discentes, com o diagnósticos da retenção e evasão junto ao conjunto dos *campi* do IFAM; questionários socioeconômicos e entrevistas aplicados junto aos discentes no ano letivo de 2016 e 2017; do Anuário estatístico; relatórios das ações de acesso, permanência e êxito implementadas no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017.

2 | DESENVOLVIMENTO

Neste estudo percebe-se que o processo educacional é imprescindível para o desenvolvimento do ser humano e que a educação traz ao homem a esperança de um futuro melhor para todos. Para nós, cidadãos, a educação está presente em todas as ações de nossas vidas, visando a formação de homens criativos, inventivos, descobridores, críticos e ativos, na busca constante da construção e da autonomia.

Defende-se a concepção de educação enquanto direito de todos, dever do Estado e da família, voltada ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, que almeje a construção de uma sociedade mais justa, conforme prevê o Art. 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Mas, em tempos de domínio do paradigma neoliberal, o processo educacional brasileiro vem amargando profundas mudanças e contradições. Nas últimas décadas, a educação foi submetida à visão de mundo estritamente economicista, voltando-se para as lacunas do mercado, preparando não somente mão de obra, mas um verdadeiro exército de reserva de mão de obra qualificada e disponível para alicerçar a economia (GENTILI,

1998).

Nesse processo, merece destaque a atuação dos organismos internacionais a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial que vem atuando não somente no agenciamento de empréstimos, mas também na articulação de caráter estratégico na dinâmica do processo de reestruturação neoliberal junto dos países em desenvolvimento, cujo principal instrumento tem sido as políticas de ajuste de cunho estrutural (SOARES, 1998).

Sob forte influência dos ideais neoliberais, da ditadura dos organismos internacionais é que estão inseridas nas últimas as reformas do Ensino Profissional, mais precisamente, aquelas relacionadas à Rede Federal de Ensino, Governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), com destaque, para as políticas afirmativas e de assistência estudantil, estas últimas, criadas no Governo Lula.

Frigotto (1999) infere que o desafio é termos a capacidade coletiva de distinguir o projeto de Educação Profissional patrocinado pelos organismos internacionais aceito de forma subordinada pelo atual governo federal, do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

A educação profissional, conforme a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996, vem superar o enfoque assistencialista e o preconceito social contido nas primeiras legislações no país, tornando-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e a democratização dos bens sociais de uma sociedade (BRASIL, 2004).

Nesse cenário adverso, é imposto aos Institutos Federais o desafio de intervir na realidade educacional brasileira de forma inclusiva, o que implica impreterivelmente em mudanças de preceitos estratégicos e educacionais, [...] firmada em um novo modelo de gestão baseado no respeito, no diálogo e na construção de consensos possíveis almejando a emancipação da comunidade (PACHECO, 2012).

Assim, as políticas públicas de educação, enquanto modalidade de Política Pública envolve a relação entre homens e diferentes modelos de Estados e Sociedades. Constatase, segundo Freire (2006) um diálogo constante ou uma indissociabilidade entre Educação e Política, principalmente quando, no entendimento de Padilha (2005), a escola eleja a educação política como base fundamental na formação integral dos sujeitos aprendentes.

Seguindo a trajetória de construção de políticas sociais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996 em seu Art.1º entende que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Nesta perspectiva, a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES representa um marco histórico de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Fruto da luta histórica da comunidade escolar em torno da garantia de assistência social enquanto direito voltado para igualdade

de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (PNAES, 2007).

A Política de Assistência Estudantil do Instituto, normatizada pela Portaria nº 1.000 GR/IFAM/2011 traz como objetivo atender os estudantes em vulnerabilidade social, garantindo seu desenvolvimento educacional, por meio da concessão de benefício social mensal, com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e territoriais sobre as condições de acesso, permanência e êxito; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da equidade social e ao exercício de sua cidadania pela educação. (PAES/IFAM, 2011).

Dessa forma, o IFAM, por meio da incorporação de sua equipe multiprofissional em seu quadro de recursos humanos, vem implementando ações para além da concepção restrita de Assistência Estudantil atendendo aos pré-requisitos estabelecidos na legislação, e também na tratativa de ações e políticas internas com vistas a minimizar a evasão em seus *campi*.

Os resultados da pesquisa apontaram para dois blocos de ações de permanência e êxito implementadas pelo IFAM em 2017: um primeiro voltado para as ações no campo da organização do currículo e didáticas pedagógicas, e o segundo no campo assistencial. Entre as ações no campo da organização do currículo e didáticas pedagógicas podemos destacar:

1. Realização de acompanhamento dos processos de criação, revisão e adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM, assim como na regulamentação pertinente à EPTNM;
2. Desenvolvimento de diversas ações com foco no fortalecimento do Ensino Médio Integrado e da Formação Humana Integral dos jovens e adultos vinculados à instituição. Reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ainda Processo de Avaliação dos Cursos da EPTNM, objetivando adequar os Projetos Pedagógicos de Curso à legislação vigente e em especial ao Documento Orientador para o Fortalecimento do Ensino Médio Integrado na Rede Federal – CONIF/2016, culminando na organização de Editais de Desintegralização, publicados pelos *campi*, para oportunizar a conclusão de seus cursos e, conseqüentemente, assegurarem sua diplomação, contribuindo para elevação dos índices de aprovação dessa oferta;
3. Realização do I SEMINÁRIO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO com o objetivo de Refletir sobre os principais desafios apresentados para o Ensino Médio Integrado, partindo das experiências docentes das práticas interdisciplinares. Nesse evento os professores realizaram relatos de experiência sobre a construção coletiva dos PPC's e sobre Práticas integradoras desenvolvidas em seus *campi*;
4. Realização do V ENPED – V Encontro Pedagógico do IFAM com foco no Processo de Reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso, Fortalecimento do Ensino Médio Integrado e Permanência e Êxito dos Estudantes, sendo

discutidos temas como: Ensino Médio Integrado e as implicações da Reforma do Ensino Médio e da BNCC nos Institutos Federais; Estruturação dos Currículos na EPTNM e a Materialização de Práticas Integradoras; Educação Profissional e Tecnológica: desafios da Cultura Inclusiva e Práticas Educativas Integradoras para a Permanência e Êxito;

5. Realização do I SIMPÓSIO DE EJA DO IFAM em parceria com a Comissão da Reformulação e Elaboração das Diretrizes de EJA no âmbito do IFAM, com objetivo geral sensibilizar a comunidade interna e externa ao IFAM quanto a necessidade de ampliação das vagas e diversificação da oferta de cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, nas formas Integrada e Concomitante, bem como na Formação Inicial e Continuada – FIC, oportunizando a troca de experiências sobre EJA/currículo integrado entre os campi do IFAM; discutindo problemáticas que interferem no êxito dos cursos do PROEJA; dando visibilidade as ações de valorização do PROEJA no âmbito do IFAM, a partir da criação de um canal de discussão e publicização das experiências exitosas;
6. Visitas técnico-pedagógicas, priorizando os campi, que, até então, ainda não tinham recebido nenhuma formação ou orientação quanto aos trabalhos a serem desenvolvidos com as demandas de jovens e adultos latentes nos seus entornos. As visitas técnico-pedagógicas em vista do quadro atípico de restrição orçamentária, vivenciado pelo IFAM no ano de 2017, restringiu a atuação pedagógica in loco da equipe a 30% dos campi. Ressaltamos que em relação aos cursos de Ensino Médio integrado na modalidade Educação de Jovens e Adultos, notamos um crescimento ínfimo no percentual de matrícula quando comparado ao informado no relatório de gestão do exercício 2016, mas considerado importante no avançar da presença do público de EJA no âmbito do IFAM, buscando imprimir o compromisso político-social desta Instituição em atender as demandas sociais carentes de escolaridade. Apesar das ações desenvolvidas, identificamos que ainda persiste uma evasão em torno de 18,8% de Evasão, mediante o total de matrículas efetivadas em 2017, quantitativo significativamente positivo diante das relações estabelecidas entre as formas e modalidades de ensino ofertadas no Instituto.
7. Reformulação e Elaboração das Diretrizes de EJA no âmbito do IFAM, resultando na publicação da Resolução N° 69 – CONSUP/IFAM, de 15 de dezembro de 2017, buscando ampliar o conceito de EJA, com também as possibilidades de oferta de cursos ao respectivo público;
8. Regulamentação do Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais no âmbito do IFAM, expedida por meio da Resolução N° 27 – CONSUP/IFAM, de 23 de junho de 2017. Promoção da palestra Certificação Profissional: reconhecendo saberes escolares e certificando trabalhadores e A Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal: do PROEJA à EJA, novos desafios diante da perspectiva de inclusão.

Entre as ações no campo da assistência social viabilizada por meio da política de assistência estudantil e programa de alimentação escolar podemos destacar:

1. Publicação de editais para acesso pelos discentes aos benefícios socioassistenciais tais como: alimentação, material didático pedagógico, transporte, creche, alojamento entre outros;
2. Publicação de editais para acesso pelos discentes a bolsas por meio de monitoria junto aos projetos integrais, para ajuda de custo na participação em eventos, a exemplo do JIFAM, JIF, Congressos, seminários, entre outros;
3. Inclusão de discentes dos cursos de graduação com mais de cinco horas diárias junto ao programa bolsa permanência;
4. Contratação de empresa seguradora para custeio de apólices de seguro de forma universal a todos os discentes matriculados no instituto;
5. Fornecimento de merenda escolar pela maioria de nossos *campi* aos discentes matriculados nos cursos de Ensino Médio Integrado e Subsequente e PROEJA;
6. Fornecimento de transporte escolar custeado com recurso próprio do *campus* ou em parceria com as prefeituras municipais aos discentes matriculados nos cursos de Ensino Médio Integrado e Subsequente e PROEJA;
7. Contratação de servidores técnicos administrativos como interpretes de libras para o atendimento aos discentes surdos matriculados no instituto;
8. Implementação do programa de monitoria voltado aos discentes com dificuldade de aprendizagem;
9. Atendimento multiprofissional dos discentes com dificuldade de aprendizagem ou em situação de vulnerabilidade psicossocial;
10. Programa de nivelamento junto aos discentes ingressante nos cursos;
11. Programa de intercâmbio internacional voltados aos discentes nos cursos superiores;

Quanto à demanda para a equipe multiprofissional, 88% está centrada na concessão de benefícios socioassistenciais: alimentação, transporte, material didático pedagógico, creche, moradia entre outros; 22% centram-se nas bolsas dos Projetos integrais nas linhas de ações de: monitoria, inclusão digital, apoio pedagógico, pesquisa, apoio psicossocial, entre outras.

Ao analisarmos as demandas a equipe multiprofissional, percebe-se uma visão simplista, voltada puramente para ações assistenciais, porém, quando analisamos a profundidade das respostas, identificamos que as mesmas conectam à preocupação com a permanência e o êxito de cada discente em seus cursos, entrelaçando-se neste cenário á evasão e a retenção escolar.

Noutro viés, percebemos que a evasão e retenção escolar têm se constituído como problemática histórica na educação pública brasileira. Que a garantia da obrigatoriedade da educação básica não constitui medida suficiente para combatê-las (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996), nem mesmo a Constituição Federal de 1988 afirmando a “igualdade de

condições para acesso e permanência na escola” (art. 206, inciso I), mas que, na prática, recai na escola a responsabilização pelo enfrentamento destes problemas, configurado hoje como “fracasso escolar”, desconsiderando as manifestações da questão social.

Ao mesmo tempo em que a demanda posta ao serviço social pelos discentes, tem sido centrada principalmente no repasse financeiro para cobrir despesas relacionadas a necessidades básicas dos discentes, a realidade vivenciada pelas equipes multiprofissionais nos *campi* tem mostrado que a Política de Assistência Estudantil é fundamental para assegurar aos discentes com dificuldades financeiras o direito de concluir o curso em condições de igualdade com os demais.

Conforme Batista *et al* (2009) o abandono escolar é fruto da conjugação de vários fatores que interagem e se conflitam no interior dessa problemática, que é de ordem política, econômica, cultural e de caráter social, excluindo-se uma análise isolada, porém uma reflexão que envolva dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras.

Em relação ao perfil dos discentes, percebemos que 51% declararam-se do sexo feminino. Nenhum discente deixou de registrar seu sexo. Quanto a raça/cor: 1% declararam-se de raça/cor branca; 13% de raça/cor amarela; 73% de raça/cor parda; 3% de raça/cor negro; 5% de raça/cor indígena; e 5% não declararam raça/cor.

Em relação ao sexo dos discentes, notamos que os percentuais estão quase equiparados, fugindo ao predomínio histórico de discentes do sexo masculino nos cursos do IFAM, considerando que, com exceção dos cursos de licenciaturas, os demais são na área das engenharias, tecnologias, meio ambiente e agropecuária.

O indicador fator raça/cor tem sido bastante problematizado nos últimos anos em função da política de cotas adotada no IFAM a partir do ano de 2013, e que vem obrigando as pessoas a se autodeclarem e enquadrarem-se em uma das cores: preto, parda ou indígena.

Ressaltamos que a orientação para a construção da classificação de negro é fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo ele, o negro é a soma das pessoas que se auto declaram “pardas” e “pretas”; ou seja, não faz uma classificação biológica ou física com base no genótipo. Mas, pardos e pretos são categorias de classificação da cor da pele tomadas a partir da auto identificação da pessoa que responde a pergunta do pesquisador do IBGE, o que, segundo Alves (2010) pode apresentar equívocos, pois, um entrevistador pode achar que a cor da pele de uma pessoa é preta, mas o próprio entrevistado pode se achar da cor parda ou branca.

Quanto à origem da rede de ensino onde concluiu o fundamental e/ou médio, 3% declararam serem oriundos da rede de ensino privada; 91% declararam vir da rede de pública e estadual de ensino; 5% declararam vir da rede de pública e municipal de ensino; 1% declarou vir da rede de pública federal de ensino.

Esses dados representam outra mudança no perfil do alunado do IFAM, que

historicamente provinha de escolas da rede privada de ensino, considerando a exigência de selecionar sempre os melhores entre os melhores candidatos as vagas destinadas pela instituição durante os processos seletivos. O padrão de exigência em relação ao domínio de conhecimento era tanta que contribuiu para uma organização de uma seleta rede de cursinhos preparatórios voltados exclusivamente para preparar candidatos interessados em ingressar da “Escola Técnica/ CEFET”.

Numa breve análise da formação histórica do Brasil, acrescida de várias experiências em países da América Latina, verificamos que são inúmeros os momentos em que a educação foi objeto das reivindicações dos movimentos sociais, Gohn (2011). E é essa característica que também tem alterado o perfil de nossos discentes, que até então, predominava maciçamente, os egressos de escolas da rede particular de ensino.

A aprovação da Lei 12.711/2012 que instituiu a Política de Ação Afirmativa para ingresso nos Institutos Federais de Educação teve papel fundamental na mudança do perfil dos discentes do IFAM, pois obrigou que 50% de todas as vagas ofertadas fossem para discentes egressos de escola pública, excluindo inclusive as escolas fundacionais e sem fins lucrativos.

Da renda *per capita* familiar dos discentes 36% está na faixa de até 0,5 SM (zero vírgula cinco) salário mínimo de per capita; 43% entre 0,5 a 1.0 SM (zero vírgula cinco a um) do salário mínimo; 12% na faixa maior que 1,0 a 1.5 SM (um virgula zero a um virgula cinco) salários mínimos; 5% maior que 1,5 a 2.5 SM (um virgula cinco a dois virgula cinco) salários mínimos; 4% está na faixa superior a 2.5 SM (dois virgula cinco) salários mínimos.

Os dados acima evidenciam que o perfil de renda do alunado do IFAM nos últimos anos modificou-se significativamente. Se até pouco tempo prevalecia um maior quantitativo de egressos da rede privada e frequentando “cursinhos preparatórios”, o que sugere boa condição de renda da família. Hoje, 79% dos discentes possuem renda familiar de até um salário mínimo, elevando assim a responsabilidade do IFAM quanto a ações de permanência e êxito, principalmente, daqueles em situação de vulnerabilidade social.

Neto (2006) infere que o aumento da demanda de vagas nas instituições pública, não pode acontecer sem prevermos seus desdobramentos a curto e longo prazo do qual a implantação de políticas é estratégia inquestionável no fortalecimento do ensino público e dos sujeitos deste processo. A inserção e a permanência do aluno vindo da rede pública de ensino dependerão não apenas de sua gratuidade, mas também de bolsas de extensão, bolsas de pesquisas, de restaurantes universitários, moradia estudantil ou de outras formas combinadas com essas.

Quanto aos motivos que levaram os discentes a estudarem no IFAM, 82% declararam ser a qualidade de ensino na instituição e legitimada pela sociedade amazonense. Em segundo lugar vem a preocupação com a empregabilidade logo após a conclusão do curso.

Para Veloso; Ferreira e Pessoa (2013), a necessidade de melhor qualificação dos recursos humanos é um requisito da economia e uma aspiração da população, que

sabe que as pessoas mais educadas conseguem melhores empregos e melhores rendas. Que quando os recursos humanos de qualidade escasseiam e o sistema educacional não responde, a economia tende a se ajustar a esta situação, desenvolvendo atividades baseadas em trabalho de baixa qualificação e não criando demanda para pessoas mais qualificadas.

3 | CONCLUSÃO

As políticas públicas de educação, enquanto modalidade de Política Pública envolve a relação entre homens e diferentes modelos de Estados e Sociedades. Presencia-se um constante diálogo ou uma indissociabilidade entre Educação e Política, principalmente quando a instituição escolar elege a educação política como base fundamental na formação integral dos sujeitos aprendentes.

Como consequência, a escola passa a ser responsabilizada pelo enfrentamento das manifestações das questões sociais o que acaba por comprometer sua função primeira, a de gerar conhecimento, uma vez que o trabalho da equipe multiprofissional fica limitado as ações assistencialistas via assistência estudantil, o que, de certa forma, entendemos que tal estratégia de ação acaba por mascarar outras variáveis que interferem de maneira significativa na permanência e êxito dos discentes.

O estudo apontou que, a maior parte dos discentes possui baixo nível socioeconômico, impondo ao serviço social como principais demandas a garantia de direitos a política de cota, aos benefícios socioassistenciais como: transporte, alimentação e material didático pedagógico. No ensino, as principais demandas são por aulas de reforço, iniciação científica e projeto de extensão, principalmente, em função de estas atividades envolverem pagamento de bolsas que acabam por complementar a renda da família.

Todas essas ações somente tem sido possível realizar-se a partir do envolvimento de toda comunidade escolar que vem desdobrando-se, diante de todos os cortes de orçamento na área da educação, inclusive, das políticas assistenciais, para universalizar, no âmbito de cada *campus*, direitos essenciais tais como: transporte, alimentação e material didático pedagógico, assim como o acesso intensivo ao acompanhamento pedagógico, social e psicológico dos discentes que deles requererem ou necessitarem.

Enquanto equipe multiprofissional que atuamos juntos ao corpo discente, acreditamos que as políticas públicas de educação, em conjunto com assistência estudantil, atrelada ao amplo conhecimento dos fatores determinantes e condicionantes do sucesso escolar do alunado, de suas demandas mais imediatas poderão contribuir para alterar esse quadro, e promover uma educação integral e voltada para a cidadania, para a autonomia dos sujeitos, o que vem reafirmar a importância da inserção das equipes multiprofissionais em nossos *campi* e que as mesmas desenvolvam suas práticas fundamentadas e justificadas numa ação interdisciplinar das áreas: Pedagógica, Social, Psicológica, Saúde, Educação

e Gestão.

REFERÊNCIAS

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. S. **A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso.** Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n.19, pp. 70-94, jan/jul. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Constituição da República Federal do Brasil.** Anne Joyce Angher, Coordenação – 10°. Ed. – SP: Rideel, 2004. – (Coleção de Leis Rideel. Série Compactada).

_____. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Acesso em: 20 dez. 2014

_____. **Lei Federal nº 9.394/96.** Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2007.

_____. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica,** cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 30 dez. 2008.

_____. **Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 30 ago. 2012.

_____. Portaria Normativa MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/Portaria_39_Institui_PNAE.pdf>. Acesso em: 12 dez.2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa.** 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Modelos ou modos de produção e educação: dos conflitos àssoluções.** Tecnologia educacional. Rio de Janeiro, v. 27, n. 147, p. 7-14, out./dez. 1999.

GENTILI, P. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora.** In: FRIGOTTO, G. (Org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 76-99.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

IFAM. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Amazonas.** 2011.

IFAM. **Resolução N.27- CONSUP** de 23 de junho de 2013.

IFAM. **Resolução N.69- CONSUP** de 15 de dezembro de 2017.

NETO, Cavalheiro Afonso. **A Escola como Expressão e Resposta às Exigências dos Modelos de Produção do Capital**. 2006, 82 p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Aprendizagem e Ação Docente, da UEM, campus de Maringá. Disponível em: file:///D:/DOCUMENTOS/DOWNLOADS/2006-Afonso_Cavalheiro_Neto%20(1).pdf. Acesso em: 12 jan. 2016.

PACHECO, Eliezer. 2012. **Os Institutos Federais – Uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOARES, M. C. C. **Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial**. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J. & HADDAD, S. (Orgs.). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 1998, p. 125-194.

VELOSO, F.; FERREIRA, P. C.; PESSOA, S. **Experiências Comparadas de Crescimento Econômico no pós-guerra**. In: VELOSO, F. et al. (Ed.). Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2013. cap. 1, p. 3-38.

ÍNDICE REMISSIVO

SÍMBOLOS

(in)sucesso escolar 49

A

Agricultura Familiar 206, 213, 217

Alfabetização Científica 13, 192, 193, 195, 196, 197, 201, 202, 203, 204, 205

Alunos 11, 5, 8, 15, 30, 32, 33, 34, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 64, 65, 66, 76, 83, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 127, 128, 134, 135, 158, 161, 162, 163, 176, 178, 193, 206, 208, 212, 213, 214, 215, 216

Aprendizagem Matemática 167, 168, 170, 179, 180

Assistência Estudantil 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47

Atividades Circenses 11, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101

Avaliação de Software 167, 179

B

Brasil 10, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 16, 37, 39, 40, 43, 45, 47, 57, 63, 68, 72, 87, 88, 92, 94, 97, 101, 105, 107, 113, 135, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 165, 169, 184, 190, 191, 193, 195, 196, 202, 203, 210, 212, 215, 217

Brincadeiras 12, 71, 94, 96, 97, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

C

Coordenação Pedagógica 10, 23, 24, 25, 35, 36

Cultura de escola 49, 56

Curso de extensão 80, 83

Curso de matemática 115, 122, 123, 125

D

Desenvolvimento Rural 13, 206, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 216, 217

Diferenças Individuais 11, 85, 86, 87, 88, 90, 91

Docência 10, 23, 24, 27, 35, 68, 70, 72, 176, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 237

E

Educação 2, 9, 10, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 17, 18, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 113, 114, 117, 126, 127, 131, 133, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152,

153, 154, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 169, 175, 176, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 216, 217, 237, 238

Educação à distância 1, 2, 4, 9

Educação Agrícola 206, 207, 208, 212, 216, 217

Educação Física 12, 30, 81, 101, 133, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 152, 153

Educação Infantil 31, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 136, 139, 169, 184, 200, 202

Educação Tecnológica 37

Ensino de Biologia 11, 13

Ensino de Ciências 16, 169, 179, 192, 193, 194, 202, 203, 204, 205, 216, 237

Ensino de química 11, 103, 113

Ensino Fundamental 10, 23, 24, 31, 39, 93, 95, 113, 163, 181, 183, 184, 185, 190, 196, 197, 202, 203, 204, 205, 213

Ensino Superior 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 35, 41, 83, 106, 196, 204, 237

Escola 10, 11, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 64, 67, 70, 73, 76, 79, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 113, 119, 120, 129, 130, 133, 134, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 168, 171, 176, 178, 182, 183, 184, 188, 189, 196, 213, 214

Estado do Conhecimento 192, 194, 201

Expectativas 12, 115, 116, 128, 178

F

Formação de Professores 11, 13, 11, 14, 16, 35, 36, 68, 80, 105, 154, 155, 158, 161, 163, 182, 183, 190, 191, 192, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 212, 237, 238

Formação Docente 35, 36, 59, 60, 70, 80, 160, 181, 182, 186

Formação Profissional 10, 23, 35, 60, 63, 66, 67, 69, 158

H

História e Memória 12, 154

I

Identidade 28, 32, 33, 54, 62, 68, 70, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 97, 106, 138, 155, 158, 161, 164, 165

IFRJ 59, 60, 62, 69

Improvement 218

Infância 70, 71, 72, 99, 100, 129, 130, 132, 136, 138, 140, 151, 166

Information Literacy 13, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 235, 236

Internet 11, 103, 104, 106, 170, 171, 218

J

Jogos 30, 71, 94, 96, 97, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 171

L

Leitura 9, 11, 14, 71, 73, 74, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 192, 193, 194, 197, 200

Lideranças 10, 49, 51, 54

Literatura 1, 3, 13, 14, 70, 78, 86, 95, 166, 218

Lúdico 80, 81, 82, 83, 84, 99

M

Mapa de Conceitos 11, 13, 14, 15, 16

Mapeamento 13, 192, 194, 195, 200

Modelos de Aprendizagem 11, 13

O

Olimpíada Parintinense de Matemática (OPM) 167, 168, 170, 179

Ouro Preto do Oeste/RO 154, 155, 156

P

Pedagogia 9, 35, 47, 62, 63, 67, 68, 81, 82, 83, 88, 92, 101, 113, 129, 130, 135, 139, 154, 158, 163, 213, 214, 237

Perfil 10, 12, 3, 37, 38, 44, 45, 82, 115, 116, 118, 128, 161, 165, 196, 202

Permanência e Êxito 10, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 46

Pesquisa 9, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 34, 38, 40, 41, 43, 50, 60, 63, 68, 70, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 113, 115, 116, 118, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 138, 139, 152, 154, 155, 156, 163, 164, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 186, 187, 190, 192, 194, 197, 200, 206, 207, 208, 212, 213, 216, 217, 237, 238

Poesia 103, 106, 107, 109, 110, 111, 112

Políticas Públicas Educacionais 1, 2, 3

Processo Ensino-Aprendizagem 49, 55

Processo Pedagógico 85, 86, 91

PROEJA 42, 43, 59, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 69

Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) 11, 14

Programa Saúde na Escola 141, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153

Promoção de Saúde 141, 144, 148, 149, 150

R

Relações Interpessoais 11, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101

Representações Sociais 181, 185, 188, 189, 190, 191

Residência Pedagógica 12, 181, 184, 185, 186, 189, 191

S

Saberes Docentes 59, 61, 68, 69

Sala de aula 9, 11, 13, 16, 26, 30, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 69, 73, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 104, 105, 106, 113, 161, 166, 171, 177, 189, 190, 193, 201

Skills Development 218, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235

T

Teoria da argumentação 181

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 